
A pesquisa qualitativa entre a fenomenologia e o empirismo formal

Jáder dos Reis Sampaio

Sempre que se discute uma pesquisa científica, está-se optando por certa produção de conhecimento que atende a determinados parâmetros ou exigências propostos por determinado grupo de pesquisadores. Um equívoco que geralmente se comete é pressupor a existência de uma teoria epistemológica única que fundamentaria a escolha dos métodos de investigação.

Em meio ao pensamento administrativo, a noção de ciência mais difundida filia-se às escolas derivadas do empirismo. Mesmo nessa tradição, há muitas escolas epistemológicas concorrentes, como o empirismo lógico, o empirismo probabilista, o empirismo crítico e o empirismo evolucionista. Em ruptura à tradição empirista, tem-se inúmeras escolas de teoria do conhecimento, como a fenomenológica (e seus desdobramentos) e a pragmática.

A idéia de que o conhecimento científico é um tipo de conhecimento verdadeiro, e que a aplicação da metodologia científica conduz à obtenção da verdade, é um mito de difícil sustentação se o leitor dispuser-se a analisar atentamente os pressupostos sobre os quais se constrói uma dada teoria epistemológica.

O QUE É CIÊNCIA?

Francis Bacon (1561-1626), ao redigir sua obra *Novum organum* (1596) lançou algumas das bases da ciência moderna. Propôs que o estudo se voltasse à análise da natureza, cujos resultados pudessem permitir acumulação sistemática do conhecimento. Propôs o método indutivo como o caminho para atingir esse objetivo, por meio da experiência escrita, que compreendia a observação sistemática e a realização de experimentos. O filósofo natural deveria observar as condições em que determinado fenômeno ocorria (tábua de presença) e as condições em que ele não ocorria (tábua de ausência), e registrar os diferentes graus de variação do fenômeno a fim de descobrir possíveis correlações entre as variações (tábua das graduações). Feitas as observações, o pesquisador procuraria estabelecer induções amplificadoras (generalizações), extraindo o que existe de geral em uma coleção de fenômenos e estendendo por

Recebido em outubro/2000
Atualizado em novembro/2000

Jáder dos Reis Sampaio é Professor Assistente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Psicólogo formado pela UFMG, Especialista em Psicologia do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Administração pela UFMG e Doutorando em Administração na Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: jader@fafich.ufmg.br

analogia aos demais nas mesmas condições. Em Bacon (1988) já se tem uma distinção entre ciência (fruto da experiência humana) e especulação ou metafísica (fruto do raciocínio calcado na **lógica vulgar** ou mesmo da revelação divina).

Isaac Newton (1642-1727), *apud* Valverde (1987), abriu mão da análise teórica calcada em uma autoridade (pelo menos formalmente) para analisar as regularidades físicas, tendo como parâmetros comparativos os modelos da álgebra. Uma frase famosa em que ele expõe sua crítica ao emprego de hipóteses foi: “*Hypotheses non fingo*” (“Não faço hipóteses”). Ele possibilitou uma certa forma de fazer-se ciência, na qual se procura o avanço do conhecimento através da identificação de regularidades constatadas matematicamente e por indução ou, simplesmente, **leis naturais**. Newton adiciona, portanto, as matemáticas ao método de Bacon.

Uma das dificuldades que esse procedimento gerava envolvia a sucessiva **complexificação** das teorias explicativas dos fatos estudados, o que poderia fazer com que os cientistas se perdessem no **perigo da especulação** a partir delas. Um filósofo que deu contribuição histórica para a resolução desse problema foi David Hume (1711-1776), com sua famosa *Investigação acerca do conhecimento humano* (1988). Ele defende a identificação de nexos de causalidade dos fenômenos naturais (entendidos como sucessões temporais entre dois fenômenos percebidos em bases de uma vinculação necessária, ou seja, para que o segundo aconteça é necessário que o primeiro o anteceda) e toma como critério de verdade a possibilidade de retorno das teorias às bases empíricas que as geraram (fenômenos sensíveis), isto é, às percepções originais. Criticando o pensamento cartesiano, Hume (1988) admite a lógica dedutiva apenas para a matemática (porque consiste em relações entre símbolos), considerando-a criadora de sofismas e ilusões quando aplicada ao mundo natural, que não se comporta, necessariamente, segundo a lógica.

O projeto de Hume (1988) de construção do conhecimento foi muito bem-sucedido no mundo das ocorrências físicas, e marcou uma distinção entre as Físicas e as Metafísicas, o que gerou certo desprezo nos meios acadêmicos por essas últimas. Hume foi extremamente influente até o final do século XIX e início do século XX, quando físicos como Albert Einstein propuseram teorias que invalidavam a aplicação das leis de Newton a territórios pouco conhecidos da Física, como as partículas subatômicas, o que gerou desconfiança na capacidade de generalização das conclusões obtidas por esses métodos.

Grosso modo, tem-se então uma noção de ciência, a qual seria um método de produção de conhecimento verificável e acumulável, que estabelece nexos de causalidade entre fenômenos a partir da observação sistemática

e da experimentação de fenômenos naturais com a finalidade de identificarem-se, por generalização, regularidades (leis) passíveis de descrição matemática.

Essa definição foi quase que totalmente criticada no século XX. Bachelard (1988) e Kuhn (1982) criticaram a cumulatividade do conhecimento científico, introduzindo conceitos como corte epistemológico e mudança de paradigma, respectivamente. Carnap (1988) abriu mão do conceito de verificabilidade, substituindo-o pelo de confirmabilidade. Popper (1975; 1999) estendeu as críticas à indução e à generalização, questionou os fundamentos epistemológicos do probabilismo e propôs a falseabilidade e a falsificação, assim como a transitoriedade das teorias científicas aceitas. Todos os autores citados tratam das chamadas ciências naturais. Evitar-se-á o desenvolvimento dessas contribuições porque elas fazem perder a linha mestra do presente trabalho.

EXISTEM DIFERENTES MÉTODOS?

O raciocínio que está sendo desenvolvido mostra que por detrás de um conceito aparentemente aceito de ciência há inúmeras discussões, entre seus próprios expoentes, que estão longe de poderem ser consideradas acessórias, posto que se referem a elementos essenciais da noção empírico-formal de ciência.

Pode-se dizer que existem diferentes métodos do conhecimento científico? Apesar de a grande maioria dos autores citados defender a teoria da ciência unificada, cada um buscando trazer para a sua proposta as diretrizes **verdadeiras** do método científico, pode-se dizer que há variação ainda mais acentuada em torno do conceito de ciência, especialmente das ciências humanas e sociais, cuja questão será discutida mais adiante.

Em meio aos livros de teoria do conhecimento e metodologia de pesquisa científica, há diferentes classificações de métodos concorrentes, que surgiram de bases de pensamento epistemológico diversas (ou matrizes epistemológicas) e que, mais do que um exercício especulativo, passaram a orientar pesquisadores e cientistas, consolidando-se em orientações concorrentes de escolas, linhas de pesquisa e disciplinas.

Para fins de ilustração desse ponto de vista, passa-se a apresentar o referencial de Zilles (1994), adotado neste trabalho por sua simplicidade, apesar de existirem diversos outros, como o de De Bruyne, Herman & De Schoutheete (1991).

Zilles (1994) divide o conhecimento científico em três grupos: o das ciências **formais**, o das ciências **empírico-formais** e o das ciências **hermenêuticas**.

As ciências formais têm as **relações entre signos** como seu objeto de pesquisa, compreendem a **matemática** e a **lógica**, são racionais e sistemáticas, e são

verificáveis no sentido da possibilidade do emprego da dedução.

As ciências empírico-formais foram descritas no tópico anterior e têm como objeto a **realidade empiricamente apreensível** (natureza), podendo usar as ciências formais como seu instrumental.

As ciências hermenêuticas são, por sua vez, “ciências da interpretação. (...) A interpretação procura evidenciar uma significação não imediatamente aparente. A significação é uma relação entre um signo e uma entidade pertencente ao mundo real ou ao mundo ideal. Em resumo, as ciências hermenêuticas visam à **realidade humana enquanto apreensível, enquanto perceptível na natureza transformada pela cultura**. (...) visa à **subjetividade, suas intencionalidades**. (...) trabalham essencialmente com a categoria do sentido” (Zilles, 1994:164).

A Fenomenologia de Edmund Husserl (1988) é uma das teorias que procuram fundamentar epistemologicamente esse último conceito. Ela será abordada de forma mais detida neste artigo, mas antes serão discutidos os pontos de conflito entre as ciências naturais e as ciências humanas e sociais.

O PROBLEMA DO MÉTODO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Uma discussão também histórica, em meio aos epistemologistas, repousa na possibilidade de adoção dos métodos do empirismo formal nas chamadas ciências humanas e sociais. Independente dos argumentos pró ou contra esse projeto, qualquer leitor desapaixonado considera razoável que a aplicação desses métodos às ciências do homem pressupõe a aceitação **apriorística** de que o ser humano é explicável a partir de **leis** que desvendam a sua **natureza**. Caso contrário, tratando-se o homem como um ser portador de uma condição humana, ou seja, dotado de livre-arbítrio, capaz de construir sua própria cultura e resignificar (dar novo sentido ou significado) o mundo ao seu redor, não faz sentido empregar-se um método que busca explicá-lo destituindo-o de suas capacidades. Essa condição humana (termo aqui empregado no sentido de delimitar o homem produtor de cultura e produzido por ela, em distinção à natureza humana) seria incognoscível por uma matriz epistemológica calcada no empirismo, não sendo objeto passível do emprego dos métodos das ciências naturais.

Após quase um século e meio de Psicologia concebida como ciência humana, pode-se acompanhar o desdobramento da aplicação dos métodos das ciências naturais e sugerir que eles são mais bem-sucedidos quando o homem é visto como (ou reduzido a) um ser orgânico. A pesquisa médica é um exemplo de sucesso do emprego dos métodos naturais, mas nenhum médico acreditaria, por exem-

plo, na existência de diferenças estruturais e funcionais significativas entre dois corações humanos, a menos que se estivesse estudando patologias, ou seja, os médicos trabalham com uma natureza do organismo humano.

As conclusões da Psicologia empírica tornam-se, entretanto, polêmicas e duvidosas quando se analisa o homem como um ser psíquico. Elas têm algum poder explicativo quando são descritivas, mas são incertas quando preditivas. Parece que o ser psíquico é apenas parcialmente determinado, ou seja, as regularidades que podem ser identificadas a partir de sua pesquisa não seriam suficientes para a compreensão de sua dinâmica singular e raramente são passíveis de generalização para pessoas educadas em culturas muito diferentes entre si.

Jung (1985:2-3), psiquiatra de renome, parece ter chegado a conclusão semelhante e talvez um pouco menos pessimista quando desenvolveu o seguinte pensamento: “Uma das antinomias fundamentais é a proposição: ‘A psique depende do corpo, e o corpo depende da psique’. (...) Chegamos assim à formulação dialética, que no fundo significa que a interação psíquica nada mais é do que a relação de troca entre dois sistemas psíquicos. Uma vez que a individualidade do sistema é infinitamente variável, o resultado é uma variabilidade infinita de afirmações de validade relativa. No entanto, se individualidade fosse singularidade, isto é, se o indivíduo fosse totalmente diferente de qualquer outro indivíduo, a psicologia seria impossível enquanto ciência, isto é, ela consistiria num caos inextricável de opiniões subjetivas. Mas como a individualidade é apenas relativa, isto é, apenas complementa a conformidade ou a semelhança entre os homens, as afirmações de validade universal, ou seja, as constatações científicas, tornam-se possíveis. Conseqüentemente, estas afirmações podem referir-se unicamente às partes do sistema psíquico conformes, isto é, às que podem ser comparadas e, portanto, apanhadas estatisticamente, e não ao individual, ao único dentro do sistema. A segunda antinomia fundamental da psicologia é a seguinte: ‘O individual não importa perante o genérico, e o genérico não importa perante o individual’”.

Muitos autores consagrados na literatura aceitam as diferenças epistemológicas existentes nas ciências humanas e sociais. Kirk & Miller (1988:10) apontam o seguinte: “... ‘Objetividade’ é, também, um conceito ambíguo. Em um sentido, ele refere-se ao pressuposto heurístico, comum nas ciências naturais, de que tudo no universo pode, em princípio, ser explicado em termos de causalidade. Nas ciências sociais, esse pressuposto freqüentemente parece perder o sentido, em razão de que aquilo que os cientistas sociais tentam explicar é a conseqüência das escolhas existenciais internas feitas pelas pessoas”.

Esse problema não é diferente nas ciências administrativas, posto que elas têm como objeto as organizações de

trabalho constituídas por seres humanos. Se por um lado é possível estabelecer regularidades que parecem ser universais às relações de troca (lei de oferta e procura nas ciências econômicas), por outro tem-se as organizações com suas singularidades (os transplantes de modelos administrativos, por exemplo), gerando *outputs* diferentes daqueles que seriam esperados de um certo modelo administrativo.

Pode-se ver por que determinadas metodologias qualitativas são tão difundidas nessa área do conhecimento, como os estudos de caso, a despeito do desenvolvimento dos métodos quantitativos e dos aparelhos de auxílio ao processamento de informações. Quanto mais próximos dos fenômenos culturais humanos, mais singulares se tornam os fenômenos em Administração e, portanto, mais importante é a compreensão das unidades. Quanto maiores as possibilidades de tomada de decisões e as mudanças no ambiente, menos preditivos se tornam os modelos administrativos, que parecem ter validade circunscrita a determinados cenários.

Em um cenário turbulento, para o gerente pode ser mais valioso deter um repertório de construções compreensivas e capacidade analítica (de preferência criativa) do que conhecer prescrições calcadas em modelos universais de funcionamento das organizações. O emprego de ferramentas de finalidade prospectiva e situacional parece ter-se desenvolvido bastante na administração, com a finalidade de dar suporte à tomada de decisões.

Como lidar com o conhecimento tendo em vista objetos possivelmente dotados de singularidade? É aceitável renunciar ao desejo de conhecê-los, taxando-os de incognoscíveis, ou há formas de desenvolver algum tipo de entendimento?

Dilthey (1833-1911), *apud* Zilles (1994), foi um dos filósofos alemães que defenderam a idéia de que as ciências humanas e sociais têm como objeto uma realidade humana, histórica e social, criticando o emprego isolado dos métodos das ciências naturais nessa área. Ele considera fundamental a análise da compreensão da experiência pessoal e da expressão do espírito humano nessa área do conhecimento.

Dentre as escolas de pensamento epistemológico, apresentar-se a seguir uma das mais influentes e prolíficas no referente a esse assunto: a Fenomenologia de Edmund Husserl.

O QUE É FENOMENOLOGIA?

Zilles (1994) fez uma síntese da evolução dos conceitos de fenômeno em Filosofia, na qual mostra haver pelo menos dois sentidos marcantes: o primeiro, mais amplo, significaria “tudo o que aparece, se manifesta ou se revela” e está conectado a tudo o que existe exteriormente, ou

seja, os fenômenos físicos. No entanto, Kant (*apud* Zilles, 1994) notabilizou-se ao distinguir o fenômeno da coisa em si (que denominou “*noumenon*”). Para ele os fenômenos seriam os objetos da experiência; as “coisas em si” seriam “incognoscíveis e transcendentem à experiência”.

Edmund Husserl (1859-1938) construiu a fenomenologia como uma vertente crítica ao naturalismo vigente à sua época, que insistia em negar a subjetividade para estudar os fatos naturais como se fossem uma realidade única. Volta-se, portanto, ao mundo interior dos homens, chamado transcendental³, no qual se fará a conexão possível entre as coisas em si e as idéias. Husserl (1988) privilegia, portanto, o estudo da consciência, a qual define como uma instância psíquica que constitui significações, seja ao apreender seja ao constituir os significados dos acontecimentos naturais ou psíquicos.

A consciência é entendida pela fenomenologia de Husserl (1988) como sendo um “fluxo temporal de vivências”, peculiar, porque é imanente, ou seja, capaz de dar sentido às coisas e de apreender pela intuição aquilo que é universal, já que ela capta a multiplicidade de fatos e a sua essência comum. Outro aspecto importante da consciência diz respeito à sua **intencionalidade**. Chauí (1988) descreve a intencionalidade como “dirigir-se para, visar a alguma coisa”, o que a torna uma atividade constituída de atos que visam a algo. “Toda consciência é uma consciência de algo.” Husserl (1988) denomina esses atos, que podem ser perceptivos, imaginativos, especulativos, volitivos etc., com o termo **noese**, e aquilo a que visam com o termo **noema**. As noemas estão presentes na consciência sem serem partes dela.

Husserl (1988) distingue, ainda, dois níveis de noese: o **nível empírico**, em que se identificam atos psicológicos e individuais para conhecer um significado independente deles; e o **nível transcendental**, no qual as noeses são atos do sujeito constituinte que cria as noemas enquanto idealidades puras ou significações.

“A fenomenologia husserliana pretende estudar, pois, não puramente o ser, nem puramente a representação ou a aparência do ser, mas o ser tal como se apresenta no próprio fenômeno. E fenômeno é tudo aquilo de que podemos ter consciência, de qualquer modo que seja” (Zilles, 1994:125).

Outro conceito importante para o entendimento da fenomenologia reside na dinâmica da relação entre o fato e a consciência. Como já afirmado, Husserl trabalha com as intuições da consciência como sendo os elementos constituintes do conhecimento. Entretanto, elas só constroem

* Zilles (1994) mostra a distinção que o pensador austríaco (Husserl) faz entre o transcendental e o transcendente. Enquanto o primeiro é fruto da consciência, o último é empregado em relação ao mundo exterior.

conhecimento à medida que são capazes de perceber as essências, distinguindo diferentes possibilidades de representação dos objetos.

“Dizemos que dois atos intuitivos possuem a mesma essência quando as suas intuições puras têm a mesma matéria. (...) Todas as intuições objetivamente completas de uma mesma matéria têm a mesma essência” (Husserl, 1988:78).

Uma vez aceita a premissa husserliana, pergunta-se como fazer ciência ou, ainda, o que é ciência para a fenomenologia. O critério de verdade é definido por Husserl (1988:94) como “a plena concordância entre o visado e o dado como tal” ou, como interpreta Chauí (1988), entre “o ato de conhecer e o seu correlato”. Isso não significa que a verdade seja somente uma verdade subjetiva, no sentido de ser considerada apenas no recesso do pensamento de seu criador, mas também reflete a ordem das coisas.

A questão a que essa afirmação remete é: como pode o agente do conhecimento distinguir as essências das coisas e não ser iludido pelas aparências da realidade exterior ou pelos conteúdos preexistentes da sua consciência?

Zilles (1994) e Chauí (1988) identificam três condições propostas por Husserl para a fundamentação de uma ciência de rigor:

- **Ausência de pressupostos** — ou seja, o pesquisador evitaria considerar o que já foi dito por pensadores ou pela teoria, indo diretamente às coisas mesmas buscar suas essências. A *epoqué* consiste “em nos abstermos por completo de julgar acerca das doutrinas de qualquer filosofia anterior e em levar a cabo todas as nossas descrições no âmbito desta abstenção” (Husserl *apud* Zilles, 1994:128).
- **Caráter a priori** — que significa desconfiar dos dados empíricos para fundamentar-se em idealidades (**as coisas mesmas**) da consciência transcendental, a única capaz de captar as essências. Entende Husserl (1988) que a intuição da essência é diferente da percepção do fato. É fácil ilustrar esse tipo de postulado quando são observadas as ações de pessoas, que estão revestidas de intencionalidades. A mera observação do resultado da ação ou da ação em curso não revela a intencionalidade do sujeito. O trabalhador que opera em ritmo lento pode estar protestando contra a fábrica, estar estressado, despedido de conhecimento necessário para a realização de sua atividade, disperso, preocupado com problemas de casa ou, então, por uma infinidade de motivos.
- **Evidências apodíticas** — seriam as bases das construções dos juízos (nos moldes do pensamento cartesiano). Seriam evidências “com ausência total de dúvida”, cuja obtenção se dá a partir das reduções fenomenológicas que Zilles (1994:130-131) descreve da seguinte

forma: “Para chegar ao fenômeno puro, Husserl suspende o juízo em relação à existência do mundo exterior (transcendente). Descreve apenas o mundo como se apresenta na consciência, ou seja, reduzido à consciência. Tal suspensão ou colocação entre parênteses chamou *epoqué*. Portanto, não duvida da existência do mundo, mas simplesmente o põe ‘entre parênteses’ ou o idealiza ou o reduz ao fenômeno: a ‘redução fenomenológica’. No fenômeno, por sua vez, procede a sucessivas reduções em busca da essência: a ‘redução eidética’. Assim, entende a fenomenologia como análise descritiva das vivências da consciência depuradas de seus elementos empíricos para descobrir e apreender as essências diretamente na intuição”.

Não é de fácil entendimento a delimitação da redução eidética como método. De Bruyne, Herman & De Schoutheete (1991) entendem, a partir de Merleau Ponty, que se o pesquisador imaginar todas as relações implicadas por um fenômeno e o fizer variar pela imaginação, tudo o que não puder ser variado sem que o objeto desapareça é uma essência.

A fenomenologia, apesar de situar-se como uma ciência rigorosa, não se acha descrita metodologicamente de forma prescritiva, o que levou Martin Heidegger (*apud* Zilles, 1994), discípulo de Husserl, a escrever uma frase que ficou famosa: “compreender a Fenomenologia é apreender suas possibilidades”. Como a fenomenologia fez escola, alguns dos seus pesquisadores realizaram esforços de apresentação compreensiva do método. Bruyn (1970:284), por exemplo, fez uma releitura do trabalho de Spigelberg, identificando sete “passos” do método fenomenológico:

- investigar fenômenos particulares;
- investigar essências gerais;
- apreender as relações essenciais entre as essências;
- observar os modos de aparecimento;
- observar a constituição dos fenômenos na consciência;
- suspender a crença na existência do fenômeno;
- interpretar o significado do fenômeno.

Miles & Huberman (1994) tecem outra consideração metodológica sobre o trabalho dos fenomenologistas. Eles afirmam que os pesquisadores dessa orientação frequentemente trabalham com transcrições de entrevistas e que são cuidadosos na condensação desse material. Evitar-se-ia o uso de codificação, mas trabalhar-se-ia fazendo releituras continuadas nas fontes primárias, tomando cuidado com suas próprias pressuposições, para capturar a essência (o *lebenswelt* do informante). Pode-se adicionar que os discípulos da fenomenologia empregam outros métodos, além do da leitura de entrevistas transcritas, utilizando também a observação participante.

A fenomenologia tem seu lugar nas ciências humanas e sociais e a tentativa de empregá-la como método de análise de objetos próprios das ciências naturais é infrutífera, posto que eles se acham despidos de intencionalidade ou de consciência de si. Nesse campo, a aparência estaria mais **próxima** das essências; os determinismos são mais patentes e, por isso, os métodos empírico-formais são mais produtivos, já que se focalizam na identificação de regularidades e na conseqüente construção teórica, seja pela via da indução, seja pela do método hipotético-dedutivo.

Miles & Huberman (1994) situam a fenomenologia, a semiótica, o desconstrutivismo estético, a etnometodologia e a hermenêutica em uma única categoria de linhas de metodologia de pesquisa, denominada de **interpretabilismo**. Eles consideram que, apesar de suas diferentes ênfases e variações, há uma linha comum de ação e compreensão.

O QUE É PESQUISA QUALITATIVA?

Muitos autores entendem a pesquisa qualitativa como sendo uma pesquisa cujas variáveis não podem ser mensuradas a nível intervalar ou de razão. Parasuraman (1986:240), por exemplo, define-se nessa linha: “Pesquisa qualitativa envolve coletar, analisar e interpretar dados que não podem ser significativamente quantificados, isto é, sumarizados em forma de números. Por essa razão, a pesquisa qualitativa é algumas vezes considerada como uma pesquisa *soft*”.

Sampson (1991:29) leva essa concepção às suas conseqüências: “A pesquisa qualitativa é usualmente exploratória ou diagnóstica. Ela envolve um número pequeno de pessoas que não estão amostradas em uma base probabilística. Elas podem, contudo, ser selecionadas para representar diferentes categorias de pessoas de um mercado-alvo ou segmento da comunidade. Em pesquisa qualitativa, nenhuma tentativa é feita para obter conclusões rápidas e sólidas (*hard*)”.

Essas visões estão associadas à concepção empírico-formal de ciência. Outros autores defendem uma definição um tanto diferente de pesquisa qualitativa.

Kirk & Miller (1988:10) ampliam o conceito de pesquisa qualitativa dizendo que ele pode ser visto a partir de duas óticas: a ótica da “oposição à quantidade” e a da tradição das ciências sociais que “fundamentalmente dependem da observação de pessoas em seu próprio território e interagindo com elas em sua própria linguagem, em seus próprios termos”. Eles consideram a primeira definição limitada e posicionam-se da seguinte forma: “A partir da nossa visão pragmática, a pesquisa qualitativa implica comprometimento com atividades de campo. Não implica comprometimento com a ‘inumeração’. A pesquisa qualitativa é um fenômeno empírico, socialmente localizado,

definido pela sua própria história, não apenas um ‘saco de gatos’ que compreende todas as coisas que **não são quantitativas**” (Kirk & Miller, 1988:10”).

Eles adotam uma posição epistemológica interessante. Se por um lado, não crêem que o mundo externo determina absolutamente a única e correta forma de visão que se pode ter dele (positivismo), por outro, criticam a posição oposta e extrema de que é possível encontrar explicações alternativas para tudo e, com isso, desistir de fazer qualquer esforço de escolha entre elas (relativismo). Lembram que há um outro lado da objetividade: o de que o mundo externo existe, apesar de tudo (realismo).

Posição semelhante é a de Miles & Huberman (1994), que se definem como “realistas transcendentais” por acreditarem que o fenômeno social não existe apenas na mente, mas também no mundo objetivo e que algumas relações estáveis podem ser encontradas entre eles.

Glaser & Strauss (1970) criticam a concepção empirista-formal da teoria científica, como a de Sampson (1991), e defendem que a pesquisa qualitativa não é uma preliminar da pesquisa quantitativa, mas que pode ser a base da formulação e da descoberta da “teoria substantiva”. Os métodos clínicos têm sido a base de inúmeras teorias em Psicologia. A psicanálise e a epistemologia genética de Jean Piaget são exemplos de teorias que se tornaram globalmente difundidas. Nas ciências sociais, a etnometodologia e o interacionismo simbólico têm sido construídos a partir dos métodos qualitativos, quase que exclusivamente.

Em um outro extremo tem-se a definição de Cicourel (1969), um cientista social que seria considerado relativista por Miles & Huberman, já que ele considera semelhantes o dogma religioso e a ciência, considerando-os ao mesmo tempo como corpos de conhecimento e ideologias, pois ambos possuem “seus próprios pressupostos teóricos, métodos e regras para admitir proposições para o seu respectivo corpo de conhecimento”. Ele entende que “o mundo dos ‘observáveis’ não está simplesmente ‘lá fora’ para ser descrito e medido com os sistemas de mensuração da ciência moderna, mas o curso dos eventos históricos e das ideologias de uma dada era pode influenciar o que está ‘lá fora’ e como esses objetos e eventos devem ser percebidos, avaliados, descritos e medidos” (Cicourel, 1969:38). Com base nessa perspectiva, ele evita a análise de métodos pela via da distinção entre sistemas científicos e metafísicos ou se representam ideologias particulares, mas considera-os todos como meios de obter conhecimento sobre o mundo social.

Ely *et alii* (1996) também definem a pesquisa qualitativa de perspectiva diferente, a qual não pode ser considerada relativista, como a de Cicourel (1969), mas fenomenológica. Essas autoras consideram pouco compreensivo definir o termo “pesquisa qualitativa”, achando melhor analisar as características comuns de seus métodos. Elas

identificam as características abaixo que consideram comuns a todo tipo de pesquisa qualitativa (Ely *et alii*, 1996:4):

- “Os eventos só podem ser entendidos adequadamente se eles são vistos no contexto. Por isso, o pesquisador qualitativo imerge-se no ‘*setting*’.”
- “Os contextos de questionamento não são planejados, eles são naturais. Nada é predefinido ou suposto.”
- “Os pesquisadores qualitativos querem que aqueles que são estudados falem por si mesmos, para que forneçam suas perspectivas em palavras e outras ações. Conseqüentemente, a pesquisa qualitativa é um processo interativo no qual as pessoas estudadas ensinam ao pesquisador sobre suas vidas.”
- “Os pesquisadores qualitativos presenciam a experiência como um todo, não como variáveis separadas. O objetivo da pesquisa qualitativa é compreender a experiência de forma global (‘... *to understand experience as unified*’).”
- “Os métodos qualitativos são apropriados às afirmações acima. Não há um método geral.”
- “Para muitos pesquisadores qualitativos, o processo em seu curso fornece uma avaliação do que foi estudado.”

As autoras sintetizam bem em seu texto as diretrizes interpretacionistas para a pesquisa qualitativa, mas certamente não abarcam com elas o tipo de investigação realizado por cientistas como Parasuraman (1986). Isso conduz às considerações finais deste desprezioso trabalho.

A PESQUISA QUALITATIVA ENTRE A MATRIZ HERMENÊUTICO-FENOMENOLÓGICA E A MATRIZ EMPÍRICO-FORMAL

Não foi difícil mostrar que em meio aos chamados cientistas humanos e sociais, incluindo-se aí os que laboram no campo da Administração, há multiplicidade de concepções de ciência. Selecionou-se duas orientações, seguindo a proposta de Zilles (1994), designando-as como **matrizes**, posto que não se trata de aplicar um método em uma disciplina (como a física) e outro em outra (como a medicina). Trata-se de entender que, mesmo dentro de uma dada disciplina, especialmente daquelas cujo objeto se acha em clara interação com o homem e a sua cultura, é possível a aplicação de métodos de pesquisa qualitativa com bases hermenêutico-fenomenológicas ou com bases empírico-formais.

Geralmente, quando se usa o conceito **pesquisa qualitativa** está-se dizendo **pesquisa não-quantitativa**, ou seja, que por algum motivo não se construiu suas conclusões a partir da análise matemática das suas variáveis que, por sua vez, não foram mensuradas a nível intervalar ou de razão. Sempre que se define assim, está-se dizendo

que se aceita a matriz empírico-formal como referência epistemológica (única) para a construção do conhecimento, que se está procedendo segundo as suas prescrições metodológicas, mas que se reconhece uma limitação da pesquisa: seja ela o desconhecimento teórico do fenômeno específico (ausência de variáveis conhecidas) que demanda uma pesquisa exploratória, seja a desconfiança na capacidade de um modelo teórico aceito explicar corretamente um fenômeno, seja a impossibilidade de mensurar-se número significativo de variáveis a nível nominal. Tudo isso justificaria o emprego da pesquisa qualitativa como uma pré-etapa ou uma etapa confirmatória do desenvolvimento teórico (uma teoria de regularidades).

Considerando-se a matriz hermenêutico-fenomenológica, entretanto, o termo pesquisa qualitativa assume dimensão totalmente diferente diante da construção teórica. Aqui se parte da crítica à metodologia empírico-formal como incapaz de construir teorias válidas, especialmente com relação a fenômenos que pressupõem a subjetividade ou a ação subjetiva e intencional dos atores sociais. Nesse cenário não se buscam regularidades, mas sim a compreensão das opções dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir como agiram. Essa empreitada só é possível se os sujeitos forem ouvidos a partir de sua lógica e exposição de razões. Quando muito, pode-se identificar crenças mais ou menos compartilhadas por grupos sociais, ou seja, a cultura, sem pressupor que ela seja uma categoria estática no tempo e no espaço, mas uma categoria analítica em permanente transformação. Dessa forma, a análise da linguagem (ou análise do discurso) parece ser mais produtiva do que a análise matemática.

Na matriz empírico-formal tem-se a análise a partir de objetos, mesmo que eles sejam produções ideológicas de uma pessoa ou um grupo social. Isso leva seus críticos a atentarem para o fenômeno da reificação que, nesse sentido, seria a transformação em objeto daquilo que não o é.

Na matriz hermenêutico-fenomenológica tem-se a análise a partir da percepção do sentido das produções do sujeito, em busca de essências e de compreensão, através da intersubjetividade, o que leva seus críticos a atentarem para o fenômeno da subjetividade, no sentido de certa arbitrariedade do pesquisador na construção de suas teorias, assim como no de dificuldade de verificação ou de falsificação dessas teorias.

Entende-se que os dois métodos produzem conhecimento, mas cabem ao pesquisador senso crítico e clareza sobre seus objetos e objetivos, assim como a explicitação suficiente das matrizes epistemológicas que estão em uso, a fim de não se perder em sua pesquisa e de fazer-se compreender por seus pares. Conclui-se também que, à medida que a objetividade e a subjetividade se entrecruzam no objeto de pesquisa, se torna mais complexo fazer escolhas metodológicas. ♦

RESUMO

Metodologia e epistemologia são duas áreas relacionadas, mas independentes entre si. É muito comum na pesquisa administrativa brasileira entender-se a pesquisa chamada de qualitativa a partir de um referencial epistemológico empírico-formal. Neste artigo, realiza-se uma análise das contribuições teóricas ao tema, tanto de autores clássicos como de contemporâneos. A proposta neste trabalho teórico é distinguir a orientação epistemológica baseada no empirismo formal daquela que se fundamenta na fenomenologia. Aceitos essa distinção e o *status* científico dessas duas matrizes de conhecimento, mostra-se que há implicações metodológicas distintas para a pesquisa qualitativa, seja com relação ao objetivo, seja com relação à abordagem do objeto, seja com relação à construção de constructos e indicadores. Dessa forma, a pesquisa qualitativa não é uma pesquisa para a qual não se tem fôlego de estudar número suficiente de eventos que permitam generalização, nem está às voltas com um tipo de objeto que permite apenas mensuração não-métrica e tampouco é uma abordagem menor da ciência porque não consegue fixar com fundamento as leis que estabelecem relações determinantes ou probabilísticas entre eventos. Trata-se de um tipo de pesquisa própria para a análise em profundidade de fenômenos, na qual se pressupõe ou se busca entender melhor a singularidade ou a subjetividade.

Palavras-chave: pesquisa qualitativa, metodologia de pesquisa, epistemologia.

ABSTRACT

Methodology and epistemology are two related areas, but independent to each other. It is very usual in the management research in Brazil to understand the so-called qualitative research starting from an empiric-formal epistemological referential. In this paper, an analysis of the theoretical contributions to the theme — of classic and of contemporary authors — is presented. The proposal in this theoretical work is to distinguish the epistemological orientation based on the formal empiricism of the one that is based on the phenomenology. Once that distinction and the scientific status of those two knowledge bases are accepted, it is shown that there are different methodological implications for the qualitative research, related to the object's approach as well as to the construction of constructos and indicators. Therefore the qualitative research is not a research for which it is difficult to study a large enough number of events in order to allow generalization, nor it concerns an object type that allows only non-metric measuring and it is neither a lesser scientific approach just because it fails to bind with fundaments the laws that establish determinant or probabilistic relationships among events. It is a kind of research for a deep analysis of phenomena, in which to understand the singularity or the subjectivity better is presupposed or sought.

Uniterms: qualitative research, research methodology, epistemology.

RESUMEN

Metodología y epistemología son dos áreas relacionadas, pero independientes entre sí. Es muy común en la investigación administrativa brasileña entender la investigación llamada cualitativa a partir de un referencial epistemológico empirista-formal. Se realizó un análisis de las contribuciones teóricas al tema por autores clásicos y contemporâneos. La propuesta del presente trabajo teórico es distinguir la orientación epistemológica basada en el empirismo-formal de aquella que se fundamenta la fenomenología. Aceptada esta distinción y el "status" científico de éstas dos matrices de conocimiento, se muestra que hay implicaciones metodológicas distintas para la investigación cualitativa, sea con relación al objetivo, sea con relación al abordaje del objeto, sea con relación a la construcción de constructos e indicadores. De esta forma, la investigación cualitativa no es una investigación para la cual no se tuvo energía para estudiar un número suficiente de eventos que permitan generalización, ni se interesa por un tipo de objeto que permite sólo una medición no-métrica y mucho menos es un abordaje menor de la ciencia porque no consigue establecer con fundamento leyes que establecen relaciones determinantes o probabilísticas entre eventos. Se trata de un tipo de investigación propia para el análisis, en profundidad, de fenómenos donde se presupone o se busca entender mejor la singularidad o la subjetividad.

Palabras-clave: investigación cualitativa, metodología de investigación, epistemología.

- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. [Coleção "Os Pensadores"]
- BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. [Coleção "Os Pensadores"]
- BRUYN, Severyn. The new empiricists: the participant observer and phenomenologist. In: FILSTEAD, William. *Qualitative methodology: firsthand involvement with the social world*. Chicago, Rand McNally, 1970.
- CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. [Coleção "Os Pensadores"]
- CHAUÍ, Marilena. *Husserl: vida e obra*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. [Coleção "Os Pensadores"]
- CICOUREL, A. *Method and measurement in sociology*. New York, The Free Press, 1969.
- DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc. Os processos discursivos. In: *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991.
- ELY, Margot et alii. Grounding. In: *Doing qualitative research: circles within circles*. London, The Falmer Press, 1996.
- GLASER, B. & STRAUSS, A.L. A discovery of substantive theory: a basic strategy underlying qualitative research. In: FILSTEAD, William. *Qualitative methodology: firsthand involvement with the social world*. Chicago, Rand McNally, 1970.
- HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. [Coleção "Os Pensadores"]
- HUSSERL, Edmund. Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. In: *Investigações lógicas*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. [Coleção "Os Pensadores"]
- JUNG, Carl G. *A prática da psicoterapia*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- KIRK, Jerome & MILLER, Marc L. *Reliability and validity in qualitative research*. London, Sage, 1988.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- MILES, M. & HUBERMAN, A. Michael. *Qualitative data analysis*. California, Sage, 1994.
- PARASURAMAN, A. Qualitative research. In: *Marketing research*. Canada, Addison-Wesley, 1986.
- POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
- _____. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 1999.
- SAMPSON, Peter. Qualitative research and motivation research. In: WORCESTER, Robert R. *Consumer market research handbook*. Amsterdam, ESOMAR, 1991.
- VALVERDE, José María. *História do pensamento*. São Paulo, Nova Cultural, 1987.
- ZILLES, Urbano. *Teoria do conhecimento*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

Consultoria

Pesquisa

Treinamento

Competências que garantem soluções com qualidade, eficiência e visibilidade.

- Em 20 anos, cerca de 450 clientes atendidos e vasta experiência acumulada em mais de 1500 trabalhos realizados
- Equipes multidisciplinares coordenadas por professores da FEA/USP
- Sólido suporte administrativo, excelente estrutura de computação e salas de aula com modernos recursos de audiovisual e informática



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO

Telefones: (11) 815-5752 / 818-5905 - Fax: (11) 814-0439
www.fea.usp.br/fia - e-mail: fale.com@fia.fea.usp.br